

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE FREGUESIA / BRASILÂNDIA

DESPACHO DO DIRETOR REGIONAL BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS
EMEI ANITA GARIBALDI
6016.2020/0104878-6 .À vista dos elementos contidos no presente, em especial à manifestação Doc. SEI nº 036544795 e nº 036545481 por tratar-se de Bens classificados como irrecuperáveis, com base na competência que me foi delegada pela Portaria nº 1.669/2020, com fundamento na Lei 12.366/97, Decreto nº 53.484/12 alterado pelo Decreto nº 56.214/15 e Portaria SF nº 262/15,**AUTORIZO** observada as formalidades legais e cautela de estilo, a baixa dos bens patrimoniais relacionados no Doc. SEI nº 042108564 do processo SEI supracitado.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SANTO AMARO

6016.2021/0033207-5
PORTARIA Nº 60, DE 09 DE ABRIL DE 2021
A Diretora Regional de Educação Santo Amaro, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581, de 17/04/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, do que consta no Protocolado 16.3.31.029*00, expede a presente Portaria:

Art. 1º Fica deferido, a pedido do interessado, a partir de 31/03/2021, o encerramento das atividades da Escola de Educação Infantil Mini Polegar, localizada na Rua Sargento Antenor Teixeira, nº 77, Parque Jabaquara São Paulo, mantido por Mini Polegar Escola de Recreação Infantil Ltda - ME, CNPJ 50.052.539/0001-62, autorizada pela Portaria nº 035/2001, DOC de 05/01/2001

Art. 2º O acervo da referida instituição ficará a disposição no seguinte endereço: Rua Araújo Porto Alegre, nº 670, Condomínio Jd Sol Mairinque, São Paulo.

Art. 3º A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL

6016.2021/0032613-0
PORTARIA Nº 102, DE 09 DE ABRIL DE 2021
O Diretor Regional de Educação, no uso das atribuições legais conferidas pela Instrução Normativa SME nº 29, de 17/10/19 e do que consta do SEI 6016.2020/032613-0, e CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei federal nº 13.019/14 e Decreto municipal nº 57.575/16;

RESOLVE:

Art. 1º A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE VILA REIS, JARDIM PLANALTO E REGIÃO CNPJ: 66.854.555/0001-09, situada na Rua Flor da Ressurreição, 390, Bairro: São Miguel Paulista, São Paulo, fica credenciada, nos termos da Instrução Normativa SME nº 29/19, com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, por meio da Diretoria Regional de Educação São Miguel.

Art. 2º O credenciamento de que trata esta Portaria comprova que a entidade detém condições para a prestação de serviços de Educação Infantil.

Art. 3º Para fins de comprovação do credenciamento efetuado, a Diretoria Regional de Educação São Miguel emitirá “Certificado de Credenciamento Educacional” que habilitará a Organização para a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, na conformidade das normas específicas em vigor.

Art. 4º O Certificado referido no artigo anterior terá validade de 3(três) anos, podendo ser renovado.

Art. 5º O Certificado de Credenciamento Educacional poderá ser cancelado, a qualquer tempo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente, quando:

I – não mantidas as condições do credenciamento;

II – comprovada irregularidade na documentação;

III – a Organização parceira com esta Pasta for denunciada por inadimplência.

Art. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

6016.2021/ 0032621-0
PORTARIA Nº 40, DE 08 DE ABRIL DE 2021
A Diretora Regional de Educação Butantã, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 3.581/18, com fundamento na Resolução CME nº 01/18, e do que consta no Protocolado nº 16.79.028*07, expede a presente Portaria:

Art. 1º. Fica concedida, a pedido do interessado, por 2 (anos), a partir de 30/03/2021, a suspensão das atividades da PIPOQUINHA, BERÇÁRIO E ESCOLA, localizada na Al. Sauraita nº 61, São Paulo, mantido por Escola Pipoquinha LTDA, CNPJ 535.896.41/0001-08, autorizada pela Portaria nº 01 de 04/01/2001, publicada em D.O.M de 12/06/2001

Art. 2º. O acervo da referida instituição ficará sob a responsabilidade do mantenedor, no seguinte endereço: Rua Caconde, nº 141, Jd. Paulista, São Paulo.

Art. 3º. A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL GABINETE DA SECRETÁRIA

PORTARIA Nº 21/SMADS/2021
Autoriza o repasse de recurso financeiro adicional para o fornecimento de alimentação no serviço que especifica e dá outras providências.
BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO a Portaria nº 39/SMADS/2020, que aprova o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o funcionamento da rede socioassistencial, direta e indireta, do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.291, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de São Paulo para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional da população em situação de risco ou vulnerabilidade social;

CONSIDERANDO o previsto no artigo 87 da Instrução Normativa nº 03/SMADS/2018, possibilitando à autoridade superior da SMADS a concessão de verba adicional para as Organizações da Sociedade Civil - OSCs parceiras, mediante ato específico;

RESOLVE

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Autorizar, em caráter excepcional, o repasse de verbas adicionais para o fornecimento de alimentação no serviço abaixo indicado:

TERMO DE COLABORAÇÃO PROCESSO OSC CNPJ NOME FANTASIA NÚMERO DE ALMOÇOS DATA DE INÍCIO DO ADITAMENTO DATA DO FINAL DO ADITAMENTO VALOR MENSAL 79/2017 / 6024.2017.0003251-5 / LIGA DAS SENHORAS CATÓLICAS DE SÃO PAULO / 60.597.044/0001-72 / CCA LIGA SOLIDÁRIA / 500 / 05/04/2021 / 04/07/2021 / R\$ 38.880,00

§1º - O repasse adicional é calculado a partir da multiplicação do números de refeições adicionais a serem fornecidas pelo valor previsto para o fornecimento de almoço constante do Anexo Único da Portaria nº 01/SMADS/2020.

§2º - O repasse adicional será realizado mensalmente e pelo período de até 03 (três) meses.

§3º - Os valores do repasse adicional serão creditados na conta corrente da parceria, sendo que eventuais saldos não utilizados deverão ser descontados do repasse do mês subsequente à deliberação sobre a prestação de contas.

Art. 2º - O valor do repasse adicional será enquadrado no item de despesa "Alimentação para usuários" do custo direto da parceria, nos termos do artigo 79 da Instrução Normativa nº 03/SMADS/2020.

§1º - Os recursos poderão ser utilizados para despesas com a aquisição de alimentos e itens descartáveis para distribuição, tais como marmitas.

§2º - A utilização dos recursos deverá seguir as previsões da Instrução Normativa nº 03/SMADS/2020, inclusive quanto à guarda de documentos fiscais.

II - DOS PROCEDIMENTOS PARA ADITAMENTO E REPASSE

Art. 3º - Fica autorizada a celebração de Termo de Aditamento nas parceria arrolada no Art. 1º desta Portaria tendo por objeto o repasse de recursos sobre o qual versa esta Portaria, devendo ser formalizado nos moldes de minuta fornecida pela Coordenação de Gestão de Parcerias - CGPAR e estando condicionado ao empenhamento de recursos pela Coordenação de Orçamento e Finanças (COF).

Art. 4º - Fica autorizado o empenhamento dos recursos financeiros adicionais previstos por esta Portaria nos termos e valores constantes do Art. 1º.

Parágrafo único - Cabe à COF inserir as notas de reserva e empenho nos processos de celebração de parceria referentes aos Termos de Colaboração discriminados no Art. 1º, remetendo-os à SAS correspondente para instrução com o Termo de Aditamento.

Art. 5º - As Supervisões de Assistência Social (SAS) deverão instruir os processos administrativos de celebração das parcerias com os seguintes documentos:

I - Ateste de Prestação do Serviço, consoante modelo disponibilizado por CGPAR, assinado pelo gestor da parceria afirmando o funcionamento do serviço com atividades presenciais nos termos do artigo 1º, §2º, desta Portaria;

II - Cópia desta Portaria;

III - Uma via do Termo de Aditamento firmado, conforme minuta fornecida pela CGPAR.

Parágrafo único - Após instrução com os documentos arrolados nos incisos I a III, a SAS deverá inserir no processo Planilha de Liquidação e comprovante de regularidade da OSC no Cadastro Informativo Municipal - CADIN, remetendo-o à COF para adoção das providências de liquidação e à CGPAR para publicação no DOC do extrato do Termo de Aditamento, nos moldes e prazos legalmente previstos.

III - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 6º - Deverá ser autuado por CGPAR processo de prestação de contas específico, vinculado ao processo de celebração da parceria, contendo cópia desta Portaria e documento com as seguintes informações:

I - Número do Termo de Colaboração;

II - SAS de referência;

III - Tipologia/Modalidade do serviço;

IV - Número do CNPJ da OSC;

V - Razão social da OSC;

VI - Nome fantasia do serviço;

VII - Número do processo de celebração da parceria;

VIII - Valor do repasse mensal adicional da parceria.

Art. 7º - A prestação de contas do repasse adicional, independentemente das prestações de contas regulares da parceria, deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após o prazo máximo para utilização dos recursos, nos seguintes termos:

I - A OSC deverá remeter à CGPAR prestação de contas dos recursos financeiros adicionais em instrumental a ser oportunamente disponibilizado pela SMADS, o qual deverá descrever a relação entre os valores repassados e os respectivos gastos, bem como apurar o saldo remanescente;

II - CGPAR deverá se manifestar sobre a regularidade formal do instrumental apresentado e realizar a conferência aritmética dos dados fornecidos, solicitando, se necessário, regularizações à OSC, e remetendo o processo ao gestor de parceria;

III - O gestor de parceria deverá, com base na manifestação de CGPAR, analisar a compatibilidade das informações prestadas pela organização com os itens efetivamente observados no serviço, deliberando pela aprovação, aprovação com ressalvas ou rejeição das contas.

§1º - Na hipótese de se verificarem inconsistências nos dados fornecidos pela OSC, CGPAR ou o gestor de parceria poderão, antes de se manifestarem, notificar a organização para que apresente, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, Relatório de Execução Financeira Especial, contendo:

I - Descrição detalhada de todas as despesas realizadas no período e sua vinculação com a execução do objeto;

II - Relatório Sintético de Conciliação Bancária, relacionando as despesas efetuadas com a movimentação demonstrada no extrato das contas vinculadas à parceria;

III - Documentação que comprove a realização das despesas, tais como cópias de recibos, notas fiscais, comprovantes de recolhimento de tributos ou encargos, folha de pagamento dos recursos humanos, etc.

§2º - O Relatório de Execução Financeira Especial será analisado por CGPAR e submetido ao gestor de parceria para subsidiar a deliberação sobre as contas.

Art.8º - Na constatação de omissão na prestação de contas, CGPAR deverá notificar a OSC para, no prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento da notificação, sanar a irregularidade.

Parágrafo único - Persistindo a omissão, CGPAR deverá dar ciência ao gestor da parceria para que adote as providências para suspensão do repasse até saneamento das impropriedades, sem prejuízo de outras medidas cabíveis previstas na Instrução Normativa nº 03/SMADS/2018.

Art. 9º - A prestação de contas deverá ser apreciada em até 30 (trinta) dias corridos após sua apresentação e poderá ser considerada:

I - Aprovada, quando observada a vinculação das despesas realizadas com a execução do objeto da parceria, cumpridas as disposições da presente Portaria.

II - Aprovada com ressalvas quando, embora observada a vinculação das despesas realizadas com a execução do objeto da parceria, observem-se uma das seguintes hipóteses:

a. Constatem-se impropriedades ou falhas de natureza formal que não resultem em dano ao erário; ou

b. Sejam identificadas despesas consideradas irregulares, à exceção das hipóteses do inciso III deste artigo.

III - Rejeitada, sendo avaliada irregular, nos casos de:

a. Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

b. Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

c. Quando os recursos forem aplicados em finalidades diversas das previstas na parceria ou em desacordo com a presente Portaria.

§1º - Nas hipóteses previstas nos incisos II e III deste artigo, o gestor de parceria deverá solicitar à SAS para que notifique a OSC sobre sua deliberação e eventual proposta, recomendação e/ou exigência tais como: glosa de valores e descontos nos repasses subsequentes, se houver; suspensão de repasse; restituição de valores; aditamento ou denúncia da parceria; entre outras.

PORTARIA 20/SMADS/2021
Berenice Maria Giannella, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 8º do Decreto n. 57.817 de 03/08/2017,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n. 44/SMADS/2019 publicado no DOC de 14/11/2019, que instituiu a Comissão Especial de Estágio Probatório na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n. 05/SMADS/2020 publicada no DOC de 02/12/2020, que instituiu os membros relatores aos servidores em estágio probatório,

CONSIDERANDO a aposentadoria da servidora e membro relator da comissão Mariangela Sant Anna da Silva RF 746.817.2, conforme DOC 02/02/2021

CONSIDERANDO a omissão dos nomes para Avaliação Especial de Desempenho em Estágio Probatório

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterado o membro relator dos servidores em estágio probatório do membro Mariangela Sant Anna da Silva RF 746.817.2, conforme abaixo discriminado:

RF	VINC	NOME	INÍCIO DE EXERCÍCIO	MEMBRO RELATOR	RF
8509786	1	ARIANE APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS	21/08/2018	Adriana Ignacio de Souza	777.700.1/1
8509832	1	MERARI DIAS RIBEIRO	16/07/2018	Ana Paula Mathias Pereira dos Santos	777.728.1/1
8509913	1	GABRIELA DONADON FERREIRA	01/08/2018	Daniela Santos Reis	696.948.8/2
8509972	1	RITA DE CASSIA BENTO BARBOZA	17/08/2018	Daniela Santos Reis	696.948.8/2
8510091	1	ROSEMEIRE DE JESUS BRITO	08/08/2018	Erika Rose de Medeiros	77.691.8/1
8510105	1	ANDREA ROSA DA FONSECA SOUZA	31/07/2018	Viviane Canecchio Ferreirinho	646.317.7/1
8510032	1	DANIELA BARRETO VELOSO	06/09/2018	Ricardo Estevam	654.215.8/1
8588538	1	FERNANDA GOMES FIZUA DA SILVA	24/06/2019	Maria Luiza Pereira da Silva Costa	796.839.6/1

Art. 2º. Fica instituído o membro relator dos servidores em estágio probatório conforme abaixo discriminado:

RF	VINC	NOME	INÍCIO DE EXERCÍCIO	MEMBRO RELATOR	RF
6375677	3	ELAINE DE ALMEIDA SOUSA	03/06/2019	Maria Luiza Pereira da Silva Costa	796.839.6/1
8386218	4	LUCIANA BENTO	03/06/2019	Maria Helena Andrade Lima	629.700.5/1
7754078	2	RITA DE CASIA PEREIRA	01/10/2019	Maria Luize Mancini do Nascimento	789.004.4/1

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

REPUBLICADO POR CONTER INCORREÇÕES DO D.O.C DE 08/04/2021 – PÁG. 12

PORTARIA Nº 017/SMADS/2021
Autoriza a utilização de valores remanescentes dos repasses mensais a organizações da sociedade civil parceiras para a aquisição e distribuição de refeições a pessoas em situação de vulnerabilidade social.

BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições legais e regulamentares;

CONSIDERANDO a Portaria nº 39/SMADS/2020, que aprova o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o funcionamento da rede socioassistencial, direta e indireta, do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no município de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.291, de 20 de março de 2020, que declara estado de calamidade pública no Município de São Paulo para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a segurança alimentar e nutricional da população em situação de risco ou vulnerabilidade social;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar, em caráter excepcional e pelo prazo de até 03 (três) meses, a utilização, pelas organizações da sociedade civil parceiras, de valores remanescentes dos custos diretos e indiretos da parceria, à exceção daqueles referentes ao quadro de recursos humanos, para o fornecimento de refeições a pessoas em situação de vulnerabilidade social pelos serviços abaixo indicados:

TERMO DE COLABORAÇÃO PROCESSO OSC CNPJ NOME FANTASIA 245/2018 / 6024.2017.0003037-7 / CENTRO SOCIAL NOSA SENHORA DO BOM PARTO / 62.264.494/0001-79 / CCA TABOR 589/2018 / 6024.2017.0003272-8 / CENTRO SOCIAL NOSA SENHORA DO BOM PARTO / 62.264.494/0001-79 / CCA CEC EMÍLIA MENDES DE ALMEIDA 199/2016 / 6024.2018.0009653-1 / CENTRO SOCIAL NOSA SENHORA DO BOM PARTO / 62.264.494/0001-79 / CCA CEC A NOSSA CASA 261/2017 / 6024.2017.0003011-3 / CENTRO SOCIAL NOSA SENHORA DO BOM PARTO / 62.264.494/0001-79 / CCA CEC SÃO FRANCISCO E SANTO ANDRÉ 258/2018 / 6024.2017.0002997-2 / CENTRO SOCIAL NOSA SENHORA DO BOM PARTO / 62.264.494/0001-79 / CCA CEC NOVE DE JULHO 019/2021 / 6024.2020.0008037-0 / MAMÃE - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SANTAMARENSE / 62.915.459/0001-72 / CCINTER CLUBE DA TURMA SANTA TEREZINHA 239/2017 / 6024.2017.0003024-5 / UNIÃO BRASILEIRO ISRAELITA DO BEM ESTAR SOCIAL UNIBES / 60.978.723/0001-91 / CCA UNIBES

§ 1º. Os recursos poderão ser utilizados para a aquisição de alimentos e de itens descartáveis para a sua distribuição.

§ 2º. A distribuição de refeições de que trata o caput ocorrerá sem prejuízo à continuidade de atendimento aos usuários regulares do serviço.

Art. 2º - A prestação de contas se dará nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de 01 de abril de 2021, postergada sua publicação em função dos feriados municipais.

PORTARIA Nº 022/SMADS/2021
Dispõe sobre a adoção de medidas do Plano de Contingência da SMADS para o funcionamento da rede socioassistencial do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19, e prorroga prazos previstos nas Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020
BERENICE MARIA GIANNELLA, Secretária Municipal da Assistência e Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 60.107, de 03 de março de 2021, que dispõe sobre a adoção das medidas mais restritivas da Fase Vermelha do Plano São Paulo no âmbito do Município de São Paulo;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 59.283, de 16 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de São Paulo e define outras medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 39/SMADS/2020, que aprova o Plano de Contingência da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para o funcionamento da rede socioassistencial, direta e indireta, do município de São Paulo durante a pandemia de COVID-19;

§2º - Diante da notificação prevista no §1º deste artigo, a organização poderá apresentar recurso à SAS da decisão do gestor no prazo de até 10 (dez) dias corridos, ou sanar a irregularidade no prazo de 30 (trinta) dias corridos.

§ 3º - As sanções previstas no artigo 141 da Instrução Normativa nº 03/SMADS/2018 poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas de acordo com este artigo.

IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 10º - Não é necessária a apresentação de nova Previsão de Receitas e Despesas - PRD para atender esta Portaria.

Art. 11º - Fica autorizado o empenhamento das despesas, conforme a Nota de Reserva nº. 23.771/2021, na dotação orçamentária 93.10.08.243.3023.2059.3.3.50.39.00.00.

Art. 12º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

sábado, 10 de abril de 2021

CONSIDERANDO as Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020, que autorizam repasse de recursos financeiros adicionais para o atendimento de despesas relativas à execução dos serviços que especificam;

CONSIDERANDO a Portaria nº 11/SMADS/2021, que regulamenta o Decreto Municipal nº 60.107, de 03 de março de 2021, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e prorroga prazos previstos nas Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020;

RESOLVE

Art. 1º Aplicar ao funcionamento da rede socioassistencial estatal e parceira as orientações constantes da Portaria nº 11/SMADS/2021.

Parágrafo único: Até 30 de abril de 2021, seguem aplicáveis aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS e Centros POP as disposições sobre horário de funcionamento e escalas de trabalho previstas nos artigos 1º a 4º da Portaria nº 12/SMADS/2021.

Art. 2º Ficam prorrogados em 30 (trinta) dias adicionais os prazos para utilização dos recursos previstos no artigo 1º, § 3º, da Portaria nº 49/SMADS/2020 e no artigo 1º, § 3º, da Portaria nº 50/SMADS/2020, e alterados pelo artigo 11 da Portaria nº 11/SMADS/2021.

Parágrafo único: Em consequência ao disposto no caput, prolongam-se também os prazos para prestação de contas inscritos no artigo 7º das Portarias nº 49 e 50/SMADS/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 851
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
ENDERECO: VIADUTO DO CHÁ, 15
6017.2020/0004012-4 - DEFIRO a EXCLUSÃO dos códigos de TRSS desde 10/10/2013, com base em manifestações de AMLURB, que informam acerca da não existência de cadastro de EGRSS na autarquia e estabelecimento localizado em endereço residencial sem geração de resíduos , associado ao fato de tratar-se de PF no exercicio de atividade (corretagem de imóveis) não elencada como contribuinte obrigatório da taxa (art. 97 da lei 13.478/02).

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

ATOS E DESPACHOS DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO
INTERESSADA: Secretaria Municipal da Fazenda - SF. 6017.2021/0006255-3
Contratação de instituição/empresa especializada em treinamento e capacitação de pessoas para ministrar o curso de Inglês Básico e Inglês Intermediário (EAD) para servidores da Secretaria Municipal da Fazenda (SF).

DESPACHO:

I - **AUTORIZO**, obedecidas as formalidades legais, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**.

II - À Comissão Permanente de Licitação, para prosseguimento.

CONSELHO MUNICIPAL DE TRIBUTOS

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA
Referência:
Processo Administrativo SEI nº 6017.2020/0038128-2
SQL nº:009.078.0052-1
CNPJ nº:04.896.493/0001-40
Recorrente: RIPPER ADVOGADOS ASSOCIADOS
Advogado: Dr. Wagner W. Ripper (OAB/SP nº 191.933)
Recorrida: Decisão proferida pela 2ª CJ nos Recursos Ordinários nº 6017.2019/0067828-3 e 6017.2020/0002716-0
Assunto: Admissibilidade de Recurso de Revisão
Créditos recorridos: IPTU – SQL 009.078.0052-1 – NL 02/2013, NL 03/2014, NL 04/2014, NL 02/2015, NL 03/2015, NL 02/2016, NL 03/2016, NL 02/2017, NL 03/2017, NL 02/2018, NL 03/2018, NL 01/2019 e 02/2019.

DESPACHO:

1. Esclareça-se, preliminarmente, que o presente Recurso de Revisão está sendo conhecido e analisado em cumprimento